



Comarca de Paudalho

Código de referência:	BR PEMJ PAU
Título:	Comarca de Paudalho
Data(s):	1783 1806-1807 1810 1812-1813 1818-1819 1823-1824 1826-1829 1836 1839-1925 1927-1928 1930 1932 1936 1970-1979 (datas de produção)
Nível de descrição:	Fundo
Dimensão e suporte:	Textuais, 12,92 metros lineares ou 68 caixas-arquivo de papelão.
Nome(s) do(s) produtor(es):	Comarca de Paudalho, 1870-
História adm./biografia:	<p>As primeiras incursões ao território que hoje constitui o município de Paudalho datam de fins do primeiro século da colonização portuguesa. Afirmo o historiador Pereira da Costa que por ali andavam traficantes de pau-brasil - madeira abundante nas florestas da região - os quais, todavia, não se fixavam no local.</p> <p>A ocupação humana de forma organizada teria sido iniciada por volta de 1591, por meio dos elementos indígenas reunidos por padres franciscanos, que formaram a aldeia de Miritiba (corruptela do tupi mbiri-tyba, que, no dizer de Teodoro Sampaio, significa juncal). Localizava-se a aldeia nos extremos de Goiana, Igarauçu e Tracunhaém, distante cerca de duas léguas da margem esquerda do rio Capibaribe.</p> <p>Aos primitivos habitantes juntou-se o elemento colonizador, e o povoado ingressou em uma fase de atividade agrícola e de pastoreio, principalmente a primeira. Fator fundamental do desenvolvimento, que em pouco tempo se verificou, foi o plantio da cana-de-açúcar. Surgiram, em consequência, diversos engenhos. O primeiro que a história registra é o Mussurepe, instalado por volta de 1630. Aquele que, porém, daria nome à futura cidade foi fundado pelo colono português Joaquim Domingos Teles. A denominação Paudalho originou-se de uma grande e secular árvore de cheiro semelhante ao do alho que ficava próxima à margem direita do Capibaribe, onde hoje se pode ver um seu rebento, conservado pela Prefeitura local.</p> <p>Baseado na nascente economia canavieira, consolidou-se em torno do engenho Paudalho o núcleo populacional existente, espraiando-se aquela atividade econômica por todo o município.</p> <p>Formação Administrativa Distrito criado com a denominação de Paudalho em 1789, confirmado por alvará de 22-06-1804 e também por leis municipais nºs. 1, de 05-12-1892, e 234, de 23-11-1929. Subordinado ao município de Olinda. Elevado à categoria de cidade, com a denominação de Paudalho, pela lei provincial nº 1318,</p>

	<p>de 04-02-1879.</p> <p>Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Paudalho é constituído de 2 distritos: Paudalho e Floresta do Leões.</p> <p>A lei estadual nº 1931, de 11-09-1928, desmembra do município de Paudalho o distrito de Floresta dos Leões, elevado à categoria de município.</p> <p>Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937.</p> <p>Pela lei municipal nº 7, de 08-03-1948, é criado o distrito de Lagoa do Itaenga e anexado ao município de Paudalho.</p> <p>Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o município é constituído de 2 distritos: Paudalho e Lagoa de Itaenga.</p> <p>Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960.</p> <p>Pela lei municipal nº 10-A, de 09-12-1963, é criado o distrito de Rosarinho e anexado ao município de Paudalho.</p> <p>Em divisão territorial datada de 18-08-1988, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.</p> <p>A Comarca de Paudalho foi criada pela Lei Provincial nº 86, de 06 de maio de 1870, desmembrada da Comarca de Olinda.</p>
Procedência:	Arquivo da Comarca de Paudalho
Âmbito e conteúdo:	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.
Sistema de arranjo	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
Condições de acesso	Sem restrição de acesso.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Características físicas e requisitos técnicos	Apresenta documentos com escrita antiga, sendo necessários conhecimentos em leitura paleográfica para muitos dos processos dos séculos XVIII e XIX.
Instrumentos de pesquisa	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).
Unidades de descrição relacionadas	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
Notas gerais	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/paudalho/historia-da-cidade
Nota do arquivista	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo do Memorial da Justiça.
Regras ou convenções	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1º de março de 2010.